

Brasil entre riscos e oportunidades em um cenário de incertezas



» REGINALDO NOGUEIRA
Diretor Nacional do Ibmecc

O ano de 2025 começa para o Brasil em um contexto de desafios internos e pressões externas que testam a resiliência de sua economia. Com a inflação em alta, ajustes fiscais pendentes e um cenário global mais incerto, o país precisa equilibrar crescimento econômico e estabilidade financeira. Apesar das dificuldades, também há oportunidades para fortalecer as bases do desenvolvimento, caso decisões estratégicas sejam tomadas com foco no longo prazo.

No plano interno, a economia brasileira vive um momento de superaquecimento. O desemprego está em níveis historicamente baixos, enquanto a demanda cresce mais rápido do que a oferta, pressionando os preços. Nesse contexto, o Banco Central terá que tomar medidas para desacelerar o ritmo de crescimento em 2025 e 2026, com o objetivo de trazer a inflação de volta à meta de 3% ao ano. Esse ajuste será essencial para garantir a estabilidade econômica no médio prazo, ainda que possa gerar certo desconforto no curto prazo.

Os desafios fiscais do Brasil continuam sendo uma preocupação central em 2025. Apesar de o governo reconhecer publicamente a necessidade de ajustes, a condução da política fiscal tem sido marcada por medidas de curto prazo, em

detrimento de um planejamento estratégico. A expansão de gastos sem contrapartidas claras, combinada com uma reforma tributária tímida, tem alienado o mercado financeiro e gerado desconfiança entre investidores. As promessas de disciplina fiscal frequentemente esbarram em pressões políticas por mais despesas, enfraquecendo o compromisso do país com a responsabilidade fiscal.

Além disso, erros de comunicação e a falta de clareza na formulação de políticas econômicas têm afastado potenciais parceiros comerciais e investidores internacionais. Declarações conflitantes entre membros do governo alimentam a percepção de falta de coordenação e aumentam a volatilidade no mercado. Em vez de priorizar uma narrativa de previsibilidade e estabilidade, o governo parece mais focado em atender a demandas imediatistas, o que tem prejudicado a percepção do Brasil como um destino confiável para capital estrangeiro. Nesse sentido, um freio de arrumação em 2025 se mostra imprescindível.

No cenário global, o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos marca o início de uma nova fase nas relações comerciais internacionais. Sua política *America first*, caracterizada por maior protecionismo, pode trazer desafios para as exportações brasileiras, especialmente em setores como o agronegócio. Além disso, a desaceleração da economia chinesa adiciona uma camada extra de incerteza, dado que a China é o principal destino das exportações brasileiras.

Apesar desses riscos, o Brasil possui vantagens competitivas que podem ser exploradas para mitigar os impactos externos. A diversidade

de sua matriz exportadora, aliada à abundância de recursos naturais, coloca o país em uma posição estratégica para atender à demanda global por alimentos e energia, especialmente em um momento de transição energética e mudanças climáticas.

Outro ponto de atenção é a política monetária global. A possibilidade de que os Estados Unidos adotem medidas fiscais expansionistas pode pressionar os juros internacionais, aumentando o custo de captação para países emergentes. Nesse cenário, será fundamental que o Brasil mantenha a credibilidade de sua política econômica e a estabilidade de suas instituições, como o Banco Central.

Olhando para frente, há razões para otimismo moderado. O Brasil tem uma economia diversificada, um setor agrícola competitivo e um mercado consumidor significativo. Além disso, a transição energética e as demandas por sustentabilidade no cenário global criam oportunidades únicas para o país se posicionar como líder em áreas como bioenergia e agricultura sustentável. É preciso escapar das discussões de curto prazo, colocar a política fiscal em ordem e apontar para essa agenda positiva futura.

Em 2025, o Brasil encontra-se diante de um momento decisivo. Com planejamento estratégico e foco na execução de reformas, o país pode transformar os desafios atuais em oportunidades de crescimento e desenvolvimento. Ainda que o caminho seja complexo, o futuro permanece em aberto — e dependerá das escolhas feitas agora para construir uma trajetória mais estável e promissora.

Emérito da educação



» ARNALDO NISKIER
Membro da Academia Brasileira de Letras e doutor honoris causa da Universidade Santa Úrsula

“Um país sem educação, sem cultura, é presa fácil de aventureiros, exploradores, políticos. É esse o preço da ignorância.”
(Gilberto Schwartzmann)

Quando os amigos Minarelli e Casagrande me telefonaram, ambos para dar a notícia de que o meu nome tinha sido aprovado para o profêtu Emérito da Educação - 2024, o meu sentimento foi de alegria e profunda gratidão. Era o reconhecimento de 15 anos dedicados especialmente ao CIEE do Rio de Janeiro, com a colaboração prestimosa do amigo Paulo Pimenta, a quem não posso deixar de agradecer, igualmente.

Acho que o júri, na sua unânime sabedoria, levou também em conta os meus muitos anos de magistério na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e os serviços prestados ao governo do Rio de Janeiro, nas quatro vezes em que, com muita honra, fui secretário de Estado: primeiro de Ciência e Tecnologia, quando construí o Planetário da Gávea; depois de Educação e Cultura, em que pude bater o recorde de escolas criadas e construídas (88 no período de quatro anos); depois na Cultura, quando inaugurei, com o Projeto Oscarito, muitas salas de cinema no interior do Rio de Janeiro; e, por fim, em mais um ano de Educação.

Foram experiências seguramente notáveis, a que se juntam os oito anos de Conselho Nacional de Educação, quando pude liderar a criação do modelo de educação a distância em nosso país. Certamente, nesse mesmo Conselho, agora, o meu filho Celso, nomeado recentemente pelo presidente Lula, poderá desenvolver estudos que ajudem a nossa educação com o emprego da grande novidade que é a inteligência artificial, de que ele é um respeitável especialista. Certamente, o CIEE está preocupado com essa possibilidade e vai colaborar na medida do possível.

Hoje, aos 89 anos de idade, não quero entregar os pontos e partir para uma cômoda aposentadoria. As pernas incomodam um pouco, sobretudo para um ex-atleta, campeão carioca de basquete, mas digo sempre às pessoas que convivem comigo: “Não são as pernas que leem por mim.”

Deixei um bom legado de serviços prestados ao CIEE do Rio de Janeiro e, hoje, a minha filha Andréia conduz, com dedicação e competência, a entidade que ampara milhares de estagiários e aprendizes, com um detalhe fundamental: o número de assistidos é cada vez maior, para glória da entidade. Ela é a única mulher no Brasil que preside uma entidade com essas características.

Sinto-me muito honrado com a escolha de professor emérito 2024, feita pelos membros dos Conselhos Consultivo e de Administração do CIEE e pela diretoria do jornal *O Estado de São Paulo*. Estarei na companhia de figuras ilustres da nossa educação, como Ruth Cardoso, Miguel Reale, Esther de Figueiredo Ferraz, José Pastore, Antônio Cândido, Paulo Vanzolini, Ives Gandra Martins, Rubens Ricuperro, Celso Lafer, Delfim Neto, Paulo Nathanael e Vahan Agogyan, vencedor de 2023. Devo uma palavra de especial carinho ao mestre Paulo Nathanael Pereira de Souza, educador consagrado, que me trouxe para o CIEE e sempre disse que não descansaria enquanto não me visse recebendo esse título. Infelizmente, o destino não permitiu que ele estivesse aqui entre nós, pois faleceu em 2024, mas deixou uma obra notável.

Realizamos muitos trabalhos que marcaram época. Um deles foi nos anos de 2008 e 2009, com o nome de *Na ponta da língua*, de valorização da língua portuguesa, com a edição de livros que constituíram uma preciosa ajuda aos nossos estudantes. A finalidade era auxiliar os estagiários na tarefa comum de lidar de modo adequado com o nosso riquíssimo idioma. Explicamos de maneira clara as normas de gramática, entremeadas com trechos de grandes escritores e curiosidades sobre a comunidade lusófona.

O CIEE, que é uma entidade filantrópica, ofereceu essa colaboração ao sistema nacional, como forma de valorização da língua portuguesa, hoje falada por cerca de 240 milhões de pessoas que constituem, em oito países, a comunidade lusófona, que se prepara para viver os novos tempos do emprego da tecnologia da inteligência artificial, com as suas naturais e pertinentes inovações.

Temos a convicção de que Humberto Casagrande tem toda razão ao afirmar que esse prêmio, que homenageia nas suas origens o grande jornalista que foi Ruy Mesquita, do *“Estadão”*, tem a força de um “Oscar da Educação”. Serve de inspiração para os mais de 300 mil jovens assistidos pelo CIEE. É com alegria que recebo este prêmio, ao lado da professora Laura Lagana, que ficou com o troféu Guerreiro da Educação, igualmente tradicional.



Saúde mental no trabalho: mudanças na legislação exigem nova postura



» ANA CAROLINA PEUKER
Membro da Comissão Intersetorial de RH e Relações de Trabalho e da sua Câmara Técnica — Conselho Nacional de Saúde, membro do comitê consultivo no Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU

» ANA DOMINGUES

Membro do conselho consultivo no Movimento Mente em Foco do Pacto Global da ONU

Nos últimos anos, a saúde mental emergiu como tema central nas discussões sobre o ambiente de trabalho. Conversas sobre burnout, ansiedade, depressão e risco de suicídio, agravados pelo ambiente profissional, são cada vez mais comuns. Esse cenário reflete uma crescente conscientização, mas também a necessidade de avanços.

A atualização da Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), que entra em vigor neste ano, exige que as empresas incluam o gerenciamento de riscos psicossociais. Além de ser uma exigência legal, isso representa uma oportunidade para repensar o cuidado com o capital humano nas organizações. Em um cenário onde ESG (Environmental, Social, and Governance) é cada vez mais relevante, integrar a saúde mental à estratégia empresarial é um compromisso com a vida humana, o compliance e a sustentabilidade do negócio.

No Brasil, transtornos de saúde mental são responsáveis por 38% de todas as licenças no INSS, e essa realidade tende a se agravar. Falta maturidade nas organizações para tratar o tema que deveria ser parte da visão estratégica do negócio. Há muita desinformação e confusão. Algumas empresas assumem responsabilidade em demasia e outras confiam que apenas

campanhas motivacionais ou benefícios em prol do bem-estar dos colaboradores são a solução, mas, quando isoladas, essas ações são insuficientes. A transformação requer líderes que cuidem de si mesmos e consigam entender seus liderados. Conselhos e diretorias precisam estar preparados para lidar com essas questões.

Felizmente, o cenário parece estar se transformando. Neste ano, todas as empresas no Brasil deverão adotar práticas para evitar o adoecimento mental de seus trabalhadores, conforme determinação do Ministério do Trabalho. A Portaria MTE nº 1.419 atualiza a NR-1 para reconhecer os riscos psicossociais como parte das condições de trabalho. Esses riscos, como assédio, elevadas demandas e baixa autonomia, estão associados a problemas graves, incluindo o risco de suicídio.

A norma exige que empresas incluam medidas de controle e monitoramento dos fatores psicossociais, o que abre espaço para a reavaliação de práticas internas. Nesse contexto, a ISO 45003:2021 é a primeira norma global que fornece orientação prática sobre a gestão da saúde psicológica no local de trabalho, como parte de um sistema de gestão da saúde e segurança no trabalho.

Oferecer apenas soluções pontuais de apoio psicológico não resolve. A verdadeira transformação vem com uma abordagem preventiva, com gestão sistemática dos fatores de risco psicossociais para avaliar as causas do adoecimento. Além de promover proteção psicológica e maior engajamento, a prevenção reduz o estigma associado à saúde mental e cultiva equipes com maior capacidade adaptativa.

Empresas que investem na gestão de riscos psicossociais estão mais preparadas para enfrentar desafios organizacionais e crises, sejam elas climáticas, sanitárias, sejam econômicas. A promoção da saúde mental fortalece a capacidade

de lidar com eventos complexos, como a pandemia de covid-19, que gerou reflexos, ainda presentes, no estado emocional da população.

Os impactos financeiros relacionados à saúde mental são significativos. A OMS estima que os transtornos mentais custam à economia global cerca de US\$ 1 trilhão por ano em perda de produtividade. O Fórum Econômico Mundial projeta custos globais de US\$ 6 trilhões até 2030, destacando a urgência do investimento na área de saúde mental.

Criar ambientes no trabalho que garantam segurança emocional é urgente. E cada cultura organizacional precisa de programas customizados. Empresas que resistem a investir em cuidados com as pessoas acabarão enfrentando desafios maiores no futuro. A desinformação e o estigma também precisam ser combatidos — a subnotificação de casos perpetua o adoecimento. Para implementar uma estratégia preventiva eficaz, é fundamental contar tanto com profissionais de saúde mental capacitados, quanto ferramentas eficientes, como as que utilizam inteligência de dados. Assim, gestores conseguem antecipar problemas e implementar soluções custo-efetivas.

Nos novos tempos, não há mais espaço para ambientes tóxicos, pessoas exaustas, perda de talentos e vidas por condições mentalmente insalubres. É necessário compreender que a proteção psicológica dos colaboradores está intimamente ligada ao sucesso das operações.

As mudanças na legislação são importantes, mas o verdadeiro desafio é vencer o estigma e transformar empresas em ecossistemas genuínos de cuidado, onde a saúde mental é valorizada não apenas por obrigação legal, mas como parte essencial da preservação da vida. O momento de evoluir é agora, para que o futuro dos negócios seja tão promissor quanto o potencial humano que os sustenta.